

ANÁLISE TEXTUAL DISCURSIVA DE DOCUMENTOS: UM PERCURSO PARA NOVAS COMPREENSÕES

DISCURSIVE TEXTUAL ANALYSIS OF DOCUMENTS: A PATH TOWARDS
NEW UNDERSTANDINGS

Arthur Rezende da Silva

Pós-Doutorando em Políticas Públicas e Formação Humana. Doutor em Educação.
Instituto Federal Fluminense (IFF) e FAETERJ, Sto. Antônio de Pádua, RJ, Brasil.

 <https://orcid.org/0000-0002-4543-7842>
arezendeiff@gmail.com

Valéria de Souza Marcelino

Doutora em Ciências Naturais. Instituto Federal Fluminense (IFF),
Campos dos Goytacazes, RJ, Brasil.

 <https://orcid.org/0000-0002-6024-3771>
ymarcelino67@gmail.com

RESUMO: Este texto apresenta apontamentos para pesquisadores interessados em realizar análise textual discursiva (ATD) a partir de pesquisas documentais. A análise documental é frequente nas pesquisas acadêmicas, e, a partir da ATD, pode haver um potencial de interpretação dos documentos analisados. O artigo em tela se estrutura da seguinte forma: discussão inicial sobre as pesquisas documentais, logo em seguida, apresenta, com exemplos, uma proposta de organização de ATD a partir de análise documental, e por fim, considerações acerca da ATD e da análise de documentos oficiais. Assim, o objetivo deste texto é ampliar o repertório metodológico de pesquisadores, servindo como um guia básico para a utilização da ATD para análise de fontes de pesquisa documental. A ATD promove uma compreensão aprofundada do documento em análise ampliando os horizontes do pesquisador. A utilização da ATD pode colaborar para que as análises de documentos não sejam baseadas em interpretações livres, em análises sem uma metodologia validada.

Palavras-chave: Pesquisa Qualitativa. Análise Documental. Pesquisa Documental. Documentos oficiais.

ABSTRACT: This paper provides insights for researchers interested in conducting Discursive Textual Analysis (DTA) based on documentary research. Documentary analysis is frequently employed in academic studies and, through DTA, offers significant potential for interpreting analyzed documents. The article is structured as follows: an initial discussion on documentary research, followed by a proposal—illustrated with examples—on how to organize DTA within documentary analysis, and concluding with considerations regarding DTA and the analysis of official documents. Thus, this paper aims to expand the methodological repertoire of researchers, serving as a basic guide for applying DTA in the analysis of documentary research sources. DTA fosters a deeper understanding of the analyzed document, broadening the researcher's interpretative horizons. Its application helps ensure that document analyses are not based on free interpretations or conducted without a validated methodological framework.

Keywords: Qualitative Research. Documentary Analysis. Documentary Research. Official Documents.

INTRODUÇÃO

A pesquisa documental¹ é um procedimento metodológico intrínseco às atividades dos pesquisadores. A questão que fomenta suas inquietações a partir dos documentos é a seguinte: como sistematizar a interpretação das informações de um documento oficial? Como não correr o risco de haver uma interpretação “livre” dos documentos oficiais? Sendo assim, neste texto, esboçam-se pistas que oportunizam refletir em torno das provocações supramencionadas, pois a ATD pode ser o caminho metodológico escolhido pelo pesquisador para interpretar, de forma sistematizada, as informações que se mostram nos documentos escolhidos. Em consonância com Evangelista (2012, reconhece-se a importância dos documentos para as pesquisas, afinal, como a autora esclarece:

Se o documento existe fora do pesquisador, para que possa extrair dele dados da realidade é preciso que assuma uma posição ativa na produção de conhecimento: localiza, seleciona, lê, relê, sistematiza, analisa as evidências que apresenta. Esses passos resultam de intencionalidades que, para além da pesquisa, se vinculam aos determinantes mais profundos e fecundos da investigação, qual seja discutir, elucidar, desconstruir compreensões do mundo; discutir, elucidar, construir compreensões do mundo: produzir documentos, produzir conhecimentos é produzir consciências (Evangelista, 2012, p. 57-58).

Então, com os documentos oficiais “em mãos”, como discuti-los? Como elucidá-los? Como construir compreensões? Como sistematizar as evidências que são apresentadas? Não esgotando as possibilidades de respostas a questões tão desafiadoras, apresenta-se a ATD. Para início de diálogo, o que é ATD? A ATD tem como objetivo depreender informações de natureza qualitativa com o intuito de gerar novas compreensões acerca dos fenômenos e dos discursos, ajustando-se entre os extremos da análise de conteúdo e da análise do discurso, diferenciando estas em virtude da atividade interpretativa e de natureza hermenêutica. (Moraes; Galiuzzi, 2016).

Logo, a ATD auxilia na compreensão da realidade, da dialética. Em uma perspectiva hermenêutica, a linguagem tem papel central, Sousa e Galiuzzi (2018) explicam que as interações discursivas se utilizam da linguagem como meio para se chegar a novos entendimentos e acordos entre os participantes de um diálogo. Acerca dos diálogos, entendemos que ocorrem quando os interlocutores concordam, buscam compreender e, conseqüentemente, aumentam suas perspectivas individuais, ou seja, quando promovem uma fusão de horizontes, que não apenas aprimora a compreensão mútua, mas também destaca a capacidade transformadora e enriquecedora do diálogo autêntico: “A compreensão ocorre como uma fusão do horizonte do texto com o horizonte daquele que o compreende (Sousa; Galiuzzi, 2016, p. 39)”.

É importante destacar que, quem se dispõe a usar ATD em suas pesquisas deve, indubitavelmente, estar disposto a aprender. Pode parecer óbvio esse apontamento anterior, mas, essa compreensão é fundamental para adentrar a ATD. O que é o aprender? Há os que condicionam a mera transmissão de saber, caracterizado pela repetição. Há também os que entendem o aprender como uma construção, como um processo.

Aos que almejam compreender o processo da ATD, orienta-se pela segunda resposta, ou seja, “O aprender exige imitação, reprodução, invenção, reinvenção, em que se criam interpretações a partir das interações no ambiente” (Galiazzi, 2021, p. 123). Corroborando com Galiazzi e Moraes, tem-se Evangelista que destaca a necessidade de o pesquisador adentrar, por inteiro, o documento em análise. Isso porque se o pesquisador não tiver esse engajamento com o documento oficial a ser analisado, desperdiça-se o lugar potente da empiria:

Deste lugar privilegiado o pesquisador deriva sua abordagem e da empiria retira elementos para sua inteligência e ação. Problematisa suas inferências e pergunta-se se suas inquições fazem sentido. Tal procedimento não deve ser aleatório, conquanto seja sempre incompleto. Trata-se do papel posto para os intelectuais: encontrar o sentido dos documentos e com eles construir conhecimentos que permitam não apenas o entendimento da fonte, mas dos projetos históricos ali presentes e das perspectivas que – não raro obliteradas no texto – estão em litígio e em disputa pelo conceito, pelo que define o mundo, pelo que constitui a história. Podemos afirmar que trabalhar com documentos significa aceder à história, à consciência do homem e às suas possibilidades de transformação (Evangelista, 2012, p. 59-60).

Diante do exposto, a associação entre a pesquisa documental e a ATD pode representar um caminho metodológico para pesquisadores no geral. Uma vez que a pesquisa tem como finalidade encontrar respostas para problemas a partir do emprego de procedimentos científicos (Gil, 2021), a ATD e a pesquisa documental são importantes aportes para o pesquisador, afinal, os textos não possuem significados a serem apenas apresentados, mas sim significantes que requerem do pesquisador a elaboração de significados por meio de suas teorias e pontos de vista. (Moraes; Galiazzi, 2016). Vale ressaltar que o pesquisador nessa busca por compreender um documento, vai se envolver em um diálogo e buscar, no sentido gadameriano, uma ampliação de seus horizontes, pois nessa interpretação/compreensão ele “[...] deve fazer com que o texto fale” (Schmidt, 2012, p. 158).

A seguir, serão apresentados, sucintamente, o passo a passo da realização da ATD, a partir de um exemplo prático de análise documental. Espera-se com esse breve texto, reconhecendo suas limitações, fomentar o interesse dos pesquisadores a buscar respostas para a questão-problema: Como realizar uma Análise Textual Discursiva (ATD) a partir de pesquisa

documental?, apresentando, para tanto, um percurso analítico de um documento oficial que nos possibilite uma nova e ampliada compreensão do documento em análise.

A ATD NAS PESQUISAS COM DOCUMENTOS OFICIAIS: APONTAMENTOS METODOLÓGICOS

O pesquisador, ao definir seu objeto de pesquisa e questão-problema, decide quais os instrumentos de coleta de dados utilizará para fundamentar sua investigação. Um desses instrumentos de coleta de dados podem ser as inúmeras fontes da pesquisa documental. A questão que se coloca inicialmente: quais exemplos de documentos podem ser utilizados em uma pesquisa documental? Para sistematizar uma resposta a essa pergunta, segue o Quadro 1 com possíveis documentos que podem ser utilizados:

Quadro 1: Exemplos de documentos para pesquisa documental e ATD

Atas de reuniões impressas e/ou eletrônicas e Portarias institucionais
Projetos Pedagógicos da Educação Básica, ou de cursos Técnicos e de cursos Superiores
Documentos norteadores de políticas públicas variadas
Editais de Concursos Públicos
Planos de Desenvolvimento Institucional das mais variadas instituições
Projetos de leis e legislação no geral
Notas taquigráficas do Congresso Nacional - Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

Fonte: Os autores.

O Quadro 1 é só uma demonstração da inúmera quantidade de documentos que se pode acessar como fonte de pesquisas documentais e, posteriormente, para realização da ATD. É válido lembrar que as fontes de pesquisa documental podem ser documentação impressa, eletrônica, gráfica (mapas, fotografias, etc), audiovisual, dentre outros (Gil, 2021).

Como exemplo de banco de dados para acesso à documentação, cita-se os sites dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, em especial do do Instituto Federal Fluminense (IFF). No Centro de Documentação Digital (CDD)² do IFF, há uma gama de documentos oficiais, como atas das reuniões dos mais variados conselhos institucionais, as

portarias, os editais institucionais, notas técnicas, pareceres, instruções normativas dentre outros.

Outro exemplo são as notas taquigráficas do Senado Federal³, que seriam as atas produzidas pela Secretaria de Registro e de Redação Parlamentar. Imaginemos a quantidade de informações registradas nessas notas?! Todos os projetos de lei, discussões parlamentares, sobre questões que interferem na vida dos cidadãos, estão à disposição dos pesquisadores para pesquisa documental.

Depois de escolhido o documento com o qual se irá trabalhar na investigação, a questão que se mostra: como realizar a ATD? A seguir, o Quadro 2 sistematiza, didaticamente, o passo a passo das etapas da realização da ATD.

Quadro 2: Passo a passo da ATD em uma pesquisa documental

Etapas	Procedimentos da ATD
1ª etapa	Escolha do <i>Corpus</i> (Documento) a ser analisado
2ª etapa	Realização da Unitarização
3ª etapa	Construção da Categorização
4ª etapa	Elaboração do Metatexto

Fonte: Os autores.

O corpus tem como matéria prima as produções textuais, sejam as produzidas especialmente para a pesquisa, sejam registros já existentes. Sendo assim, o documento escolhido pelo pesquisador é o corpus para a realização da ATD. Com o corpus “em mãos”, inicia-se o processo de unitarização. Unitarizar é a desmontagem do texto, sendo que o pesquisador é quem decide em que medida fragmentará o texto. Isso se faz necessário na ATD para que o pesquisador “mergulhe” no texto, tendo um contato intenso para que saia impregnado do material de análise. A partir da questão problema, da pergunta que se queira investigar, é que o pesquisador irá fragmentar o texto.

A fim de esclarecer para o leitor como realizar uma unitarização, teremos a seguir um exemplo prático. Escolhemos como corpus um trecho de um edital do Concurso Público Nacional Unificado (CPNU), que ficou conhecido como o “Enem dos Concursos”. Tal concurso é uma inovação do Ministério da Gestão e Inovação, cujo objetivo é facilitar o acesso para se realizar a prova do concurso, além de fortalecer a função pública do Servidor,

a partir de conhecimentos essenciais como Políticas Públicas. Sobre o certame, o MGI, em sua página oficial⁴, destaca:

O CPNU é um modelo inovador de seleção de servidores públicos, criado pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos. O novo modelo consiste na realização conjunta de concursos públicos para o provimento de cargos públicos efetivos no âmbito dos órgãos e das entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, mediante a aplicação simultânea de provas em todos os Estados e no Distrito Federal. O objetivo é promover igualdade de oportunidades de acesso aos cargos públicos efetivos; padronizar procedimentos na aplicação das provas; aprimorar os métodos de seleção de servidores públicos, de modo a priorizar as qualificações necessárias para o desempenho das atividades inerentes ao setor público; e zelar pelo princípio da impessoalidade na seleção dos candidatos em todas as fases e etapas do certame.

Então, para se realizar uma eficiente unitarização, a questão-problema precisa estar bem delineada, além de ter o pesquisador escolhido os documentos para colaborar com a resposta à questão. A título de exemplificação, pensamos no objeto de pesquisa ser o CPNU e buscar a resposta para a seguinte problematização: qual é o perfil de servidor público almejado no CPNU? Para fins de corpus, escolhemos o edital referente ao bloco 5, que contemplou as áreas de Educação, Saúde, Desenvolvimento Social e Direitos Humanos.

Quadro 3: *Corpus* escolhido para realização da ATD

Este bloco temático foi construído com o intuito de possibilitar a aferição de competências relacionadas à área de atuação governamental em direitos humanos, educação, justiça, ciência, tecnologia, inovação, cultura, saúde, desenvolvimento social e políticas sociais em geral. Está concatenado à retomada da importância das políticas sociais, de cultura, de ciência, tecnologia e inovação no projeto de visão de futuro declarado no PPA 2024-2027, declarado em diversos objetivos tais como “enfrentar a insegurança alimentar e a pobreza”, “ampliar o acesso da população à saúde pública de qualidade”, “ampliar o acesso e a qualidade da educação infantil e do ensino fundamental”, “ampliar a qualidade dos ensinos médio, técnico e superior”, “promover os direitos humanos”, “promover os direitos dos povos indígenas”, “Reforçar políticas de proteção e atenção às mulheres”, “combater o racismo e promover a igualdade racial”, e fortalecer a economia criativa, a memória e a diversidade cultural. Tais objetivos visam a construção de um país democrático e justo, dialogando diretamente com a oferta de um conjunto de políticas públicas articuladas dentro deste bloco de atuação. As políticas sociais e de cidadania

articuladas neste bloco estão principalmente relacionadas aos programas de geração e distribuição de renda, a partir da prestação de serviços sociais, da transferência de rendimentos, de bens sociais (como moradias, por exemplo) e de promoção da cidadania, considerando as diversidades e interseccionalidades. Paralelamente, às políticas de justiça e segurança pública, o bloco faz referência ao conjunto de ações coordenadas para a manutenção da ordem pública e promoção da justiça no Estado Democrático de Direito. Esperamos atrair preferencialmente perfis da área de conhecimento e formação em ciências humanas e sociais. Há um grande conjunto de especialidades neste bloco temático, áreas como história, indigenismo, antropologia, assistência social, sociologia, pedagogia, ciências humanas e sociais aplicadas, psicopedagogia, demografia, economia, engenharia e farmácia (aplicada a políticas sociais na área da saúde) e qualquer área de conhecimento.

Fonte: Ministério da Gestão e Inovação. Edital n.º 05/2024 - concurso público nacional unificado, 10 de janeiro de 2024⁵.

Diante do corpus escolhido, o pesquisador vai iniciar a fragmentação. E como? Ao realizar o processo de leitura e aprofundamento, o pesquisador vai destacando trechos que lhe chamam a atenção, em consonância com a questão a ser investigada. Moraes e Galiazzi (2016, p. 137) alertam para uma certa resistência de pesquisadores iniciantes ao adotar a ATD, pois têm receio de que as unidades não representem “as vozes dos sujeitos que produziram o texto”. Eles ainda esclarecem que na ATD o interesse não está em manifestações individuais de sujeitos em um discurso, mas no discurso em si.

Os autores citados esclarecem que “serão unidades válidas para uma pesquisa aquelas que afirmem algo em relação ao objeto da investigação. Somente necessitam ser unitarizadas informações dos textos do “corpus” que sejam válidas ou pertinentes ao objeto da pesquisa” (Moraes e Galiazzi, 2016, p. 137).

Neste exemplo a partir do Quadro 3, pensando em um objeto de pesquisa cujo foco seja o espírito republicano e democrático de um servidor público federal, se destacariam, por exemplo, os segmentos que dizem respeito ao planejamento plurianual, a questão da dignidade da pessoa humana, a partir do combate à fome e ao racismo e a manutenção do Estado Democrático de Direito.

Essa organização fica a critério do pesquisador. Pode ser usado um documento no programa Word, por exemplo, ou tabelas do Excel, ou até mesmo softwares, ou até “à mão” no texto impresso. O que o pesquisador precisa ter como cuidado é que essa organização da unitarização deve estar acessível para sempre que for necessário realizar uma nova análise. Vale ressaltar que as unidades de significado (US) ou de análise destacadas do

corpus devem receber códigos e títulos, a fim de serem identificadas em qualquer ponto do processo analítico.

Ainda ressaltamos que cada US deve conter apenas uma ideia, se percebemos duas ideias, teremos duas US. A seguir, o Quadro 4, com fragmentos destacados pelos pesquisadores a partir do corpus elencado no Quadro 3.

Quadro 4: Unitarização do *corpus* pelos pesquisadores autores do artigo

Este bloco temático foi construído com o intuito de possibilitar a aferição de competências relacionadas à área de **atuação governamental em direitos humanos, educação, justiça, ciência, tecnologia, inovação, cultura, saúde, desenvolvimento social e políticas sociais** em geral. Está concatenado à **retomada** da importância das **políticas sociais, de cultura, de ciência, tecnologia e inovação no projeto de visão de futuro declarado no PPA 2024-2027**, declarado em diversos objetivos tais como **“enfrentar a insegurança alimentar e a pobreza,”** “ampliar o acesso da população à saúde pública de qualidade”, “ampliar o acesso e a qualidade da educação infantil e do ensino fundamental”, “ampliar a qualidade dos ensinos médio, técnico e superior”, “promover os direitos humanos”, **“promover os direitos dos povos indígenas,”** **“Reforçar políticas de proteção e atenção às mulheres,”** **“combater o racismo e promover a igualdade racial”**, e fortalecer a economia criativa, a memória e a diversidade cultural. Tais objetivos visam a **construção de um país democrático e justo**, dialogando diretamente com a oferta de um conjunto de políticas públicas articuladas dentro deste bloco de atuação. As políticas sociais e de cidadania articuladas neste bloco estão principalmente relacionadas aos **programas de geração e distribuição de renda**, a partir da prestação de serviços sociais, da transferência de rendimentos, de bens sociais (como moradias, por exemplo) e da **promoção da cidadania**, considerando as **diversidades e interseccionalidades**. Paralelamente, às políticas de justiça e segurança pública, o bloco faz referência ao conjunto de **ações coordenadas para a manutenção da ordem pública e promoção da justiça no Estado Democrático de Direito**. Esperamos atrair preferencialmente perfis da área de conhecimento e formação em ciências humanas e sociais. Há um grande conjunto de especialidades neste bloco temático, áreas como história, indigenismo, antropologia, assistência social, sociologia, pedagogia, ciências humanas e sociais aplicadas, psicopedagogia, demografia, economia, engenharia e farmácia (aplicada a políticas sociais na área da saúde) e qualquer área de conhecimento;

Fonte: Os autores.

Os termos destacados são os escolhidos pelos pesquisadores para iniciar a organização do processo de unitarização. É orientado por Moraes e

Galiazzi (2016) atribuir códigos às unidades de significação para ajudar na organização. Para facilitar, os códigos deste exemplo são os seguintes: CPNU 01, onde CPNU é Concurso Público Nacional Unificado e o “01” é a identificação numérica das unidades de sentido. Como exemplo, tem-se o Quadro 05, com a organização dos códigos e das unidades de significação indicadas.]

Quadro 5: Códigos das Unidades de Significação e processo de Unitarização

Códigos	Unidades de Significação (partes do <i>corpus</i> em análise)
CPNU 01	políticas sociais, de cultura, de ciência, tecnologia e inovação no projeto de visão de futuro declarado no PPA 2024-2027,
CPNU 02	promoção da cidadania
CPNU 03	diversidades e interseccionalidades
CPNU 04	atuação governamental em direitos humanos, educação, justiça, ciência, tecnologia, inovação, cultura, saúde, desenvolvimento social e políticas sociais
CPNU 05	construção de um país democrático e justo
CPNU 06	programas de geração e distribuição de renda
CPNU 07	ações coordenadas para a manutenção da ordem pública e promoção da justiça no Estado Democrático de Direito.
CPNU 08	promover os direitos dos povos indígenas”, “Reforçar políticas de proteção e atenção às mulheres”, “combater o racismo e promover a igualdade racial

Fonte: Os autores.

A partir do processo de unitarização, chega-se ao momento da categorização, que é a organização dos “pedaços” oriundos da fragmentação, as US. Cada trecho destacado no Quadro 4 tem um significado por conta da questão-problema em investigação. O pesquisador para realizar a fragmentação e categorização tem que ter em mente a questão norteadora, além do campo teórico que acompanha o objeto de pesquisa.

Pela limitação de um artigo, não conseguiríamos tratar aqui do campo teórico, mas é válido ressaltar que antes de qualquer procedimento da ATD em si, é essencial que seja feita pelo pesquisador uma revisão de literatura do objeto de pesquisa.

O pesquisador tem que conhecer o que se tem pesquisado relativo ao campo teórico do objeto de pesquisa. É inconcebível interpretar sem o campo teórico, já que toda a leitura é realizada por meio de algum horizonte teórico, quer seja de forma lúcida ou não. A ATD também possibilita a busca de novos teóricos. Embora as teorias após a análise do corpus, por conta do “novo emergente” (Moraes; Galiuzzi, 2016).

Diante do exposto, segue o Quadro 5 com uma possibilidade de categorização a partir da unitarização exemplificada no Quadro 4. A categorização, por sua vez, representa não só o agrupamento dos itens da fragmentação do corpus, mas sim, um processo de auto-organização, de reconstrução, de categorias integradas e inter-relacionadas. É acompanhar e saborear o que emerge do caldeirão de ideias a partir da fragmentação do corpus. (Galiuzzi; Ramos; Moraes, 2021). As categorias equivalem a um processo de classificação das unidades a partir da fragmentação do corpus, podendo ser consolidadas em vários níveis: iniciais, intermediárias ou finais.

Ademais, é importante destacar que é o pesquisador quem estabelece a composição dos níveis das categorias, dependendo, logo, do fenômeno a ser compreendido, podendo o pesquisador trabalhar com categorias a priori e emergentes. As categorias a priori originam-se dos pressupostos teóricos do pesquisador, já as categorias emergentes derivam da atitude mais fenomenológica do pesquisador, estas permitindo, maior criatividade por parte do pesquisador, atitude mais esperada na ATD (Moraes; Galiuzzi, 2016).

Quadro 6: Categorização a partir da unitarização do *corpus* do quadro 3.

Categorias iniciais	Fragmentos que auxiliam na composição da categoria (Unitarização)
Servidor público e a compreensão das interseccionalidades e do planejamento institucional	políticas sociais, de cultura, de ciência, tecnologia e inovação no projeto de visão de futuro declarado no PPA 2024-2027, promoção da cidadania diversidades e interseccionalidades
Servidor público e a relação com os direitos humanos	atuação governamental em direitos humanos, educação, justiça, ciência, tecnologia, inovação, cultura, saúde, desenvolvimento social e políticas sociais construção de um país democrático e justo

	programas de geração e distribuição de renda
O Estado Democrático de Direito enquanto uma preocupação do Servidor público.	ações coordenadas para a manutenção da ordem pública e promoção da justiça no Estado Democrático de Direito. promover os direitos dos povos indígenas”, “Reforçar políticas de proteção e atenção às mulheres”, “combater o racismo e promover a igualdade racial.

Fonte: Os autores.

A categorização visa a agrupar as US semelhantes, que apresentam o mesmo sentido e, também, implica na definição das categorias com seus respectivos nomes, isso demanda um movimento recursivo e cíclico às US e até mesmo ao *corpus*.

Nesse processo, as categorias vão sendo aperfeiçoadas e delimitadas cada vez com maior rigor e precisão. No processo de categorização, podem ser construídos diferentes níveis de categorias. Em alguns casos, as categorias assumem as denominações de iniciais, intermediárias e finais, constituindo, cada um dos grupos, categorias mais abrangentes e em menor número (Moraes, 2003, p. 197).

Em geral, têm-se, pelo menos, as categorias iniciais e as finais, como em Marques e Moura (2024) e como nos explicam Ribeiro e Ramos (2020, p. 930) que “a partir desse primeiro resultado de categorização, o pesquisador desenvolve a análise com vistas a observar convergências entre as categorias iniciais, até que emergem as categorias finais que orientarão a escrita do metatexto”. Sendo assim, entende-se que pode haver ou não o nível intermediário para as categorias. Observa-se que os autores da ATD apresentam um esquema (Moraes e Galiuzzi, 2016, p. 141) no qual exemplificam a categorização em três níveis, mas no texto, em nenhum momento, determinam quantos e quais níveis devem se desenvolver nesta etapa da análise. Eles esclarecem que este é um caminho a ser construído no processo e que “geralmente vai de categorias específicas, restritas e em grande número, a categorias cada vez mais amplas e em menor número” (Moraes e Galiuzzi, 2016, p. 140).

Depois de realizada a categorização inicial e/ou a intermediária, tem que se prosseguir para a categoria final, que é mais ampla, englobando mais elementos. Neste exemplo obteve-se apenas uma categoria final, mas

esclarece-se que podem se chegar a mais de uma categoria final. No Quadro 05, temos 3 categorias iniciais que poderiam se fundir em uma. É um exercício de poder de síntese, depois de todo o processo de unitarização. Como exemplo, temos o Quadro 7:

Quadro 7: Exemplo de construção da categorização final

Categorias iniciais	Categoria final
Servidor público e a compreensão das interseccionalidades e do planejamento institucional	Concurso Público Nacional Unificado: um novo modelo de seleção de servidores públicos humanistas, democratas e planejadores.
Servidor público e a relação com os direitos humanos	
O Estado Democrático de Direito enquanto uma preocupação do Servidor público.	

Fonte: Os autores.

O Quadro 07 é apenas um exemplo de síntese da organização das categorias, afinal, distintos pesquisadores poderão fazer opções diferentes, ainda que investiguem o mesmo fenômeno, afinal, é o processo autoral da ATD. A validade de um conjunto de categorias se dá a partir da pertinência para os objetivos da pesquisa, buscando significados claros a fim de auxiliar na compreensão dos fenômenos investigados (Moraes; Galiuzzi, 2016). Depois de realizada a categorização, passa-se para a produção de Metatextos, que é a comunicação dos resultados de uma ATD. O metatexto é um “novo texto”, a partir de todo o processo de desmontagem do corpus. É a interpretação do pesquisador sobre o fenômeno investigado.

No encaminhamento do metatexto propriamente dito salienta-se sua organização em dois momentos: descrição e interpretação. Ainda que seguidamente possam ser trabalhadas de modo integrado, em geral a primeira etapa da produção do metatexto é a descrição. A categorização encaminha a descrição do objeto de estudo. Descrever é apresentar diferentes elementos que emergem dos textos analisados e representados pelas diferentes categorias construídas (Moraes; Galiuzzi, 2016, p. 145).

O título dos metatextos são os mesmos títulos das categorias finais. No Quadro 07, temos uma categoria final, portanto, um metatexto, cujo título é: Concurso Público Nacional Unificado: um novo modelo de seleção de servidores públicos humanistas, democratas e planejadores. No metatexto

podem ser utilizadas a partir de inserção nele de falas e citações de fragmentos dos textos analisados, o que se denomina interlocução empírica. Quando se utilizam os teóricos com os quais o pesquisador trabalhou, temos a interlocução teórica.

Como o objeto de pesquisa se refere à discussão sobre ingresso nas carreiras públicas via concurso público, o metatexto tem que englobar teóricos que tratem do tema, além de englobar alguns trechos da unitarização e das categorias iniciais. É como se tivéssemos um quebra-cabeça desmontado e que, ao fazer o metatexto, devemos montá-lo integralmente construindo um “novo quebra-cabeça”, como nos ensinam Sousa e Galiuzzi (2022), ao afirmarem que o metatexto

Não se trata de um retorno aos textos originais, mas de um novo texto com a compreensão do pesquisador sobre os originais. Nesse caso, a compreensão é mais do que a soma das categorias, mas algo que o pesquisador tem a dizer sobre o fenômeno investigado. O metatexto explica a compreensão mais aprofundada, com clareza e rigor e se caracteriza pela incompletude e crítica constante, pois o autor precisa ajudar o leitor a compreender seu metatexto. A compreensão possibilitada pela construção do metatexto é reiterativa, de movimento espiralado e de retorno aos entendimentos na busca de sentidos, além de ser uma oportunidade de aprender sobre fenômenos investigados (Sousa; Galiuzzi, 2022, p.140-141).

Escrever um texto autoral, como o metatexto, é algo complexo, pois exige do pesquisador profundidade de análise, o que pode gerar medo, desconforto e angústia. O pesquisador, ao realizar a ATD, tem que tomar consciência de que nunca atingirá o fenômeno em sua integralidade, o que vai exigir do pesquisador coragem, para, por exemplo, excluir materiais que não se ajustam às categorias trabalhadas (Moraes; Galiuzzi, 2016).

É válido ressaltar que o título do metatexto, ou dos metatextos, são os mesmos das categorias finais consolidadas na pesquisa. Sousa e Galiuzzi (2022) sugerem iniciar o metatexto com um parágrafo-síntese, que teria um efeito de um “argumento aglutinador”, a fim de situar o texto para o leitor.

Depois disso, o metatexto deve conter trechos da unitarização realizada, além das conexões com as categorias iniciais e/ou intermediárias, combinando a descrição com a interpretação, em um texto corrido. O metatexto é uma oportunidade de o pesquisador atingir uma metamorfose, cuja marca é que o pesquisador encarrega-se de ocupar o centro do seu processo de pesquisa, já que “Seu papel envolve, com isso, possibilitar a compreensão para leitores com um processo de construção do metatexto de modo recursivo, espiralado de permanente retorno aos sentidos do que se estuda e sobre isso aprender mais.” (Sousa; Galiuzzi, 2022, p. 143)

EXEMPLO DE ELABORAÇÃO DO METATEXTO

Concurso Público Nacional Unificado (CPNU): um novo modelo de seleção de servidores públicos humanistas, democratas e planejadores.

Para iniciar o metatexto é recomendado construir um “parágrafo-síntese”, que é proveniente do movimento de interpretações oriundo do processo de unitarização e da categorização. O parágrafo-síntese, portanto, é uma aglutinação de interpretações. Para facilitar a compreensão do que seja o parágrafo-síntese, tem-se o Quadro 8 como modelo.

Quadro 08: Exemplo de parágrafo-síntese de Metatexto

A seleção de servidores públicos no Brasil vem avançando desde a promulgação da Constituição de 1988, visto que tal documento determinou o concurso público de provas ou provas e títulos como forma de ingresso do cidadão no serviço público. Antes da CF/88, a entrada no serviço público brasileiro foi marcada por indicações políticas e pelo patrimonialismo. O CPNU é uma tentativa de avançar no quesito da democratização de acesso à realização das provas, além da mudança no conteúdo programático tradicional (Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos, 2023). O CNPU foi realizado em 228 municípios brasileiros e como conteúdo programático foi enfatizada as nuances das políticas públicas como conteúdo básico para todos os cargos, o que não necessariamente ocorre com concursos da União.

Fonte: Os autores.

No decorrer do Metatexto, deve-se estabelecer uma conexão com as US do processo de Unitarização, além das categorias iniciais e/ou intermediárias (Quadro 09). É como um movimento espiralado, de retorno aos entendimentos em busca de sentidos. A reiteração é a marca do metatexto (Sousa; Galiazzi, 2022). Essa “costura” com todo o processo de realização da ATD, desde a unitarização e/ou categorização, empírica e/ou teórica, é o que fundamenta o metatexto. Isso porque consolida também o processo autoral requerido pela ATD: o pesquisador-autor, que “mergulha fundo” na análise, descobrindo o que se mostra do objeto de análise. Para facilitar o entendimento, apresenta-se o quadro 09 como exemplo de conexões no metatexto.

Quadro 9: Exemplo de conexões do metatexto com a unitarização e categorização.

O primeiro destaque que se pode fazer do CPNU, mais especificamente do *corpus* em análise, é a preocupação com o espírito

público que deve fazer parte da conduta de um servidor, cujo salário provém dos impostos públicos, como fica demonstrado no código CPNU 07 “ações coordenadas para a manutenção da ordem pública e promoção da justiça no Estado Democrático de Direito.” Se um servidor não tiver como premissa de atuação profissional a manutenção do Estado Democrático de Direito, dificilmente, as políticas públicas serão consolidadas. Colaborando, portanto, com a manutenção do *status quo* e não com sua ruptura. A estabilidade profissional de um servidor público é organizada para possibilitar uma atuação enquanto agente do Estado e não de um político ou liderança. É a permanência do Estado Democrático de Direito e de suas políticas públicas para ajudar na diminuição das desigualdades sociais. Por isso, a categoria “O Estado Democrático de Direito enquanto uma preocupação do Servidor público”, visto que o servidor, já no ingresso, deve compreender as nuances do Estado e de sua formação. A US CPNU 08 está em sintonia com esse propósito público do Servidor: “promover os direitos dos povos indígenas”, “Reforçar políticas de proteção e atenção às mulheres”, “combater o racismo e promover a igualdade racial.”

Fonte: Os autores.

A validação e a confiabilidade do Metatexto se dão com as citações do corpus, possibilitando a descrição e a interpretação de um fenômeno a partir de uma introdução e fechamento de qualidade. Ao escrever o metatexto, o pesquisador deve ter como premissa o movimento de “idas e vindas”, colocando-se no jogo interpretativo a fim de buscar novas compreensões sobre o originalmente analisado. (Sousa; Galiazzi, 2022). É válido ressaltar que há o corpus empírico e o corpus teórico. O empírico, no caso em tela, é oriundo da análise do documento, pois é o que foi experienciado, percebido pelo pesquisador-autor. E o teórico advém dos teóricos, previamente estudado pelo pesquisador, e dos novos teóricos, que podem surgir a partir das categorias emergentes, que é justamente o que se espera de um “mergulho profundo” do objeto de análise.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo apresenta um percurso de construção de uma ATD a partir da análise de um documento. De forma o mais didática possível, o texto em questão exhibe o percurso de uma ATD a partir de um documento: escolha do documento com o qual se deseja trabalhar, ou seja, o corpus, além da organização da unitarização, da categorização e do metatexto. O objetivo, portanto, é apresentar aos pesquisadores a possibilidade de potencializar uma pesquisa documental com a ATD. Mas o que seria potencializar? Seria a ampliação da interpretação dos dados qualitativos aportados nos

documentos analisados. Isso porque a ATD possibilita um processo de construções textuais com disposições hermenêuticas.

Não há um formato taxativo de apresentação do processo de construção da ATD. Buscou-se apresentar um modelo a partir das experiências dos autores do artigo, os quais promoveram cursos online síncronos para mais de 300 pesquisadores. Nessa partilha, observou-se que o uso de quadros, no decorrer de um texto científico, auxilia no entendimento do percurso da ATD. É importante apresentar para o leitor um “aperitivo” do processo de “mergulho”, assim, inserir os quadros apresentando a unitarização e a categorização é uma possibilidade de colaborar na compreensão dos horizontes. E claro, é indispensável a presença do metatexto, como uma finalização do processo autoral da ATD.

Sendo assim, de forma didática, apresentou-se o passo a passo da organização de uma ATD, baseando-se em Moraes e Galiuzzi (2016) e em Sousa e Galiuzzi (2022). Que este texto inspire os pesquisadores a se apropriarem da ATD enquanto uma metodologia viável para análise documental, como nos encorajam Moraes e Galiuzzi (2016, p. 204) “(...) emergindo um investigador capaz de perceber o potencial criativo e original do escrever dentro de suas pesquisas. Do envolvimento com a ATD surge um novo pesquisador, apto a manipular com competência a vara mágica da escrita.”

NOTAS

1. Neste artigo, pesquisa e análise documentais são compreendidas como sinônimas, visto que são um intenso e amplo exame de diversos materiais que não foram utilizados em nenhum trabalho de análise ou que podem ser reexaminados, conforme Junior *et al.* Análise documental como percurso metodológico na pesquisa qualitativa. Cadernos da Fucamp. v. 20, n. 44, p. 36-51, 2021. Disponível em: <https://www.revistas.fucamp.edu.br/index.php/cadernos/article/view/2356> Acesso em: 08 out. 2024.
2. Disponível em: <https://cdd.iff.edu.br/> Acesso em: 08. out.2024.
3. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/notas-taquigraficas> Acesso em: 08 out. 2024.
4. Disponível em: <https://www.gov.br/gestao/pt-br/concursonacional> Acesso em: 08 out. 2024.
5. Disponível em: <https://www.gov.br/gestao/pt-br/concursonacional/editais/editais> Acesso em: 08 out. 2024.

REFERÊNCIAS

EVANGELISTA, O. Apontamentos para o trabalho com documentos de política educacional. In: ARAÚJO, R. M. L.; RODRIGUES, D. S. (org.). **A pesquisa em trabalho, educação e políticas educacionais**. Campinas: Alínea, 2012. p. 51-72.

GALIAZZI, M. C.; RAMOS, M. G.; LIMA, V. M. R. Análise Textual discursiva: mosaico de metáforas. **Revista Pesquisa Qualitativa**, v. 8, n. 19, dez. 2020 Disponível em: <https://editora.sepq.org.br/rpq/issue/view/20> Acesso em 12 out. 2021

GALIAZZI, M. C.; SOUSA, R. S. **Análise Textual Discursiva**: uma ampliação de horizontes. Editora Unijuí: Ijuí, 2022.

MARQUES, C. A. T.; MOURA, S. R. O DISCURSO ARGUMENTATIVO EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL CRÍTICA E SUSTENTABILIDADE POR MEIO DE JÚRI SIMULADO. **Revista Areté**: Revista Amazônica de Ensino de Ciências, v. 22, n. 36, p. 24008, abr. 2024. Disponível em: <https://periodicos.uea.edu.br/index.php/arete/article/view/3697>>. Acesso em: 05 mar. 2025.

MINISTÉRIO DA GESTÃO E INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS. **Concurso Público Nacional Unificado**. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/gestao/pt-br/concursonacional> Acesso em: 16.dez.2024

MORAES, R. Uma tempestade de luz: a compreensão possibilitada pela análise textual discursiva. **Ciência & Educação**, Bauru, v. 9, n. 2, p. 191-211, out. 2003.

MORAES, R.; GALIAZZI, M. C. **Análise Textual Discursiva**. 3. ed. Ijuí: Unijuí, 2016. 264 p. (Coleção Educação em Ciências).

RIBEIRO, M. M.; RAMOS, M. G. A contribuição da análise textual discursiva para compreender o PIBID como comunidade de prática. **Revista Pesquisa Qualitativa**, v. 8, n. 19, dez. 2020. Disponível em: <https://editora.sepq.org.br/rpq/issue/view/20> Acesso em 10 mar. 2025.

SCHMIDT, L. K. **Hermenêutica**. 1. Ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2012.

Recebido em: 29 de dezembro de 2025.

Aceito em: 12 de abril de 2025.